

Aprovado em reunião
em 23 de fevereiro de 2010
de PS, 2 de CDU, 1 de
PSF e 2 de EDS e
3 abstenções de PS
29/4/2010

ACTA 1/2010

-- Aos vinte e quatro dias de Fevereiro do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Mafra; 3) Auditoria Externa das Contas do Município; 4) Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas; 5) Alterações da Sinalização Vertical e Horizontal em vários arruamentos do Concelho de Mafra realizadas no ano de 2009; 6) Protocolo de Delegação de Competências nas Freguesias do Concelho de Mafra. -----

-- Passavam nove minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra à Primeira Secretária da Mesa, Paula Raposo Borges, que procedeu à chamada. Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi distribuída a listagem de registos que deram entrada no sistema de gestão documental no período compreendido entre um de Janeiro e vinte e três de Fevereiro de dois mil e dez. Disse ainda que foram substituídos nesta sessão o Senhor Nuno Sardinha pelo Senhor José Lourenço Alves do Nascimento, o Senhor Mário Acúrcio Vicente pela Senhora Dona Ana Isabel Silva, o Senhor Manuel Pimenta pela Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves e a Senhora Dona Isilda Pegado pela Senhora Dona Daniela Costa. -----

-- Foi dado início ao **período de antes da Ordem do Dia**. Passou-se à votação das actas número cinco e sete de dois mil e nove. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, relativamente à acta número cinco, esta não foi anteriormente sujeita a aprovação porque se entendeu que esta não seria necessária, uma vez que diz respeito ao acto de instalação da Assembleia Municipal. Foi colocada à votação a referida acta, tendo a mesma sido aprovada por maioria com uma abstenção do Partido Socialista. Prosseguiu-se com a acta número sete. -----

-- O Senhor António Branco interveio dizendo que "relativamente à acta número sete, não tenho a propor muita coisa, gostaria apenas de fazer uma referência. Na elaboração das actas nós temos duas soluções possíveis: uma é fazermos o relato *ipsis verbis* de todas as intervenções, o que muitas vezes até não sai muito bem, na medida em que estamos a fazer intervenções orais, ao transcrevê-las, por vezes, não se tornam tão perceptíveis; outra solução é fazer uma acta em função da interpretação da pessoa que a está a escrever, o que é difícil e nem sempre é bem aceite. Relembro que o Senhor Presidente, na última reunião, contou que tinha andado de hospital em hospital com o pai, quando esta situação é relatada na acta parece-me que, neste caso, foi ultrapassada a imaginação. Acho que foi uma má solução, primeiro ter referido uma história porque não é bem uma história, é uma realidade que nos sensibilizou a todos e, sobretudo, é omitida uma situação concreta e que eu não vejo nenhum mal que fosse aqui transcrita. Portanto, sugiro que este parágrafo fosse revisto, relatando o que o Senhor Presidente aqui disse."--

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, enquanto responsável pela elaboração da acta, entendeu que "deveria abreviar ao máximo os pormenores e não tipificar este caso, pois também não foi referido o caso do sogro do Vereador Pedro Tomás." -----

-- Interveio o Senhor Alves Pardal, referindo que "no que concerne às minhas intervenções, verifiquei que faltam algumas palavras, desconhecendo se a responsabilidade é do próprio orador, ou de quem transcreve a acta. De qualquer forma, queria apenas deixar essa nota, mas vamos votar favoravelmente." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que quando se tratam de imprecisões, estas são sempre passíveis de serem corrigidas. -----

-- Passou-se à votação da acta número sete. A referida acta foi aprovada por maioria, com três abstenções, uma do PS, uma da CDU e uma do BE. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia informou que "decorreu, recentemente, uma reunião da Comissão de Acompanhamento do Ecoparque da Abrunheira. Tenho verificado preocupações ambientais, quer da Tratolixo, quer do consórcio."

-- No uso da palavra, o Senhor Aníbal Ferra disse que "como devem estar recordados, na última reunião trouxe aqui um problema que diz respeito à requalificação da linha do Oeste. Questionei o Executivo sobre se este já teria indagado ou feito algo em prol desta requalificação. Como não obtive qualquer resposta, o Bloco de Esquerda elaborou uma moção para votação desta Assembleia." Passou a ler a moção que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- O Senhor António Branco referiu que "trago aqui um assunto que deveria ser tratado com a devida dimensão, que não é política, mas humana. Neste fim-de-semana, assistimos à catástrofe que ocorreu na Madeira, uma intempérie como não conhecíamos há muitos anos. Deveria haver uma posição de solidariedade, da parte da Assembleia Municipal, para com a população da Madeira. Queria que todos nos solidarizássemos. Trago uma moção, a que queríamos que todos os partidos subscrevessem. Passo então a ler: «A Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária, aprova um voto de pesar para a população da Madeira atingida pelos trágicos acontecimentos associados à intempérie registada no passado fim-de-semana, expressando as suas condolências junto das famílias enlutadas e manifesta a sua solidariedade com o povo da Madeira na batalha pela reconstrução em curso na região.» Este segundo aspecto também é importante porque, desde a primeira hora, verificámos que, sofrendo a situação que todos tivemos a oportunidade de ver, o povo da Madeira revelou uma capacidade de logo no imediato estar a lutar contra a situação que os afectou de uma maneira brutal e inesperada." -----

-- Interveio o Senhor Tiago Nunes para dizer que "trago aqui um assunto que me parece bastante grave e que deve ter uma resposta por parte das autoridades competentes. O problema de que vos falo é o da insegurança que se vive nas zonas mais urbanas do nosso Concelho, particularmente no centro da Venda do Pinheiro, de onde nos tem chegado, deputados do CDS-PP, os relatos mais preocupantes. Chegaram-nos, inclusivamente, informações sobre a insegurança que afecta os alunos da Escola Básica do segundo e terceiro Ciclos da Venda do Pinheiro. Existem já casos de alunos cujo dinheiro do almoço é sistematicamente extorquido sob forte violência psicológica e, eventualmente, física. Compreendam que não vos estou a falar de fenómenos de *bullying* entre alunos de uma mesma escola, mas de actos que são susceptíveis de constituir crime, cometidos por gente de fora da escola, que se faz valer da sua força para agredir e para roubar alvos fáceis e indefesos como são os alunos deste estabelecimento de ensino, principalmente os mais jovens. Este, entenda-se, não é um problema interno de uma escola, é um problema de segurança pública que afecta toda a zona centro da Venda do Pinheiro, bem como começa a afectar muitas zonas mais urbanas do nosso Concelho. As autoridades municipais têm responsabilidade. Há uma responsabilidade política nesta questão da insegurança pública. Como tal, quisemos fazer hoje aqui esta chamada de atenção e para a necessidade de aumentar o policiamento nesta zona da Venda do Pinheiro, em particular junto à escola. Defendemos o aumento de policiamento porque a simples presença das forças da autoridade tem um forte poder de dissuasão. Devemos aproveitar este poder a favor da segurança dos nossos munícipes. Tendo este Município um instrumento de segurança pública que é a Polícia Municipal, não deverá o Município hesitar em se socorrer desta para benefício dos cidadãos. Estamos no terreno, em contacto com os munícipes e com as instituições do Concelho, procurando perceber este problema de falta de segurança nas zonas mais urbanas e identificar as zonas mais problemáticas, bem como tentar encontrar as melhores soluções a propor a esta Assembleia." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Sérgio Santos referiu que "mais vale tarde do que nunca! É um velho ditado que penso que aqui se aplica em toda sua extensão. Vem isto a propósito da publicação "Boletim Municipal", referente ao mês de Janeiro de dois mil e dez, na sua página catorze, onde a Câmara Municipal considera «... que a mobilidade da população (...) é um fenómeno intrinsecamente relacionado com o ordenamento do território (...)» e, mais adiante, «(...) estes planos pretendem constituir-se como instrumentos de qualificação urbana (...) do ponto de vista de quem o vive e de quem o visita (...) incluindo todo o tecido edificado ao longo da Estrada Nacional número oito». Em nome das candidaturas do Partido Socialista às freguesias da Venda do Pinheiro e Malveira, esta última tendo-me como cabeça de lista, não podemos deixar de expressar a nossa satisfação pelo facto do actual Executivo da Câmara Municipal de Mafra manifestar a adopção da ideia proposta pelo Partido Socialista durante a campanha eleitoral autárquica, que decorreu entre Setembro e Outubro passados, sendo esta uma das bandeiras eleitorais erguidas pelas candidaturas do PS às referidas freguesias. A nossa proposta, apresentada às populações destas freguesias durante uma jornada pedonal de pura actividade lúdica e pedagógica, passou a constituir uma exigência ao futuro Executivo da Câmara Municipal de Mafra, fosse qual fosse o resultado eleitoral obtido, da criação de um «corredor verde» contínuo que permita a ligação destas duas vilas, com índices ocupacionais acima dos cinco mil residentes cada, para a prática de actividades de lazer, de mobilidade e em segurança. Para quem hoje queira praticar algum exercício de descompressão, lazer ou desporto, esbarra, sempre, na falta completa de perímetros de mobilidade contínua, na falta de sinaléticas identificadoras, na falta de avisos com indicação por leds ou sonoros, no facto de continuarem, em dois mil e dez, a existir locais sem iluminação pública ou de fraquíssima potência e que a tal distância do solo não se consegue ter visibilidade sobre os peões ou esta é quase nula. Numa palavra, há falta de segurança. Em conclusão desta matéria, chegamos ao aumento urbanístico sem planear, e mais importante ainda, sem pensar no bem-estar das populações que pagam aqui os seus impostos e devem, por isso, ter o direito ao usufruto das suas vilas em segurança, mas o Partido Socialista saudando mais uma vez esta medida, apesar de tardia, disponibiliza-se, desde já, e de acordo com os seus compromissos defendidos durante a campanha eleitoral autárquica de dois mil e nove, a participar de forma activa e construtiva em apresentar propostas que potenciem as directrizes estratégicas, contribuindo para uma melhor qualidade de vida de todos os mafrenses em geral e dos residentes destas duas freguesias em particular, assim o actual Executivo o queira, em benefício da democracia e das pessoas." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que "como hoje o período de antes da Ordem do Dia apresenta muitos reptos que foram deixados, gostaria aqui de os comentar. Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, parece-me que em relação à linha ferroviária do Oeste todos queremos mais, ninguém se sente bem com a actual linha. Este é um assunto extremamente sério e que deve mobilizar todos os munícipes e restantes habitantes da zona Oeste que usufruem dessa linha. Parece-nos que deverá ser um motivo de maior reflexão não só interna, entre esta Assembleia Municipal, como também externa. Estrategicamente deveria ser uma coisa mais global do que esta moção e, por isso mesmo, gostaríamos de ter uma maior reflexão sobre o assunto. No que diz respeito à moção da Madeira, proponha só que fosse referido «povo da região da Madeira» e não só «povo da Madeira», porque englobaríamos também Porto Santo, de onde também são oriundos alguns dos habitantes afectados pela intempérie. Penso que esta moção só faz realmente sentido se tiver unanimidade de todos os partidos, faço, desde já, um apelo a isso. Sobre a questão da insegurança, parece-nos que aumentando a crise económica, aumenta a insegurança. Já temos a Polícia Municipal, mas nunca é o suficiente porque não conseguimos ter um polícia em cada esquina. Relativamente à questão da mobilidade, o PSD também já tinha reflectido sobre essa matéria, não é só o Partido Socialista. Queria ainda referir dois pontos. Não posso deixar de congratular que o Clube Desportivo de Mafra tenha



tido um excelente jogo. Desde a última Assembleia Municipal até agora, não ganhou por pouco, contra o meu clube. Esta situação levou Mafra a muitos órgãos de comunicação social. Queria aproveitar para deixar aqui uma nota sobre o trabalho desenvolvido pelos clubes e associações desportivas do Concelho de Mafra. É notável a quantidade de jovens que se encontram inscritos em actividades extracurriculares, a praticar desporto nestas instituições. Muitas das pessoas que vieram viver para o nosso Concelho, por esta e por aquela razão, ao ingressarem nestes clubes muitas vezes significa um momento interessante de integração nas comunidades locais. Por outro lado, enquanto Social Democrata, posso igualmente congratular-me com o facto do próximo congresso se realizar aqui em Mafra, no próximo dia treze de Março. Mais do que ser do PSD, acho que é um motivo de orgulho porque mobiliza pessoas de todo o país, que, de repente, em três dias, vão ficar nesta região. Penso que será, igualmente, uma boa oportunidade turística." ---

-- No uso da palavra, o Senhor Alves Pardal referiu que "sobre a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, no entendimento do CDS-PP a questão é extremamente pertinente, mas achamos que esta não deve ser agora discutida, porque tem de haver maior sedimentação e reflexão acerca da linha do Oeste. Quanto à proposta do Partido Socialista, estamos completamente de acordo com a intenção, mas gostaria também de fazer uma pequena nota. Concordamos inteiramente com a redacção que foi empregue, apenas no que concerne ao «povo da Madeira», propunha a utilização da denominação «povo português». Os nossos corajosos compatriotas da Madeira correspondem a uma parcela do povo português. Em todo o caso, estamos completamente de acordo com a proposta apresentada pelo Partido Socialista." -----

-- O Senhor José João Costa interveio dizendo que "damos todo o apoio à moção que o Partido Socialista apresentou. Gostaria ainda de referir que a CDU continua preocupada com a questão da saúde no nosso Concelho. Já na última Assembleia Municipal nos manifestámos contra o facto do Executivo não ter uma palavra sobre as acções que pensa desenvolver no sentido de tentar minorar este grave problema cuja responsabilidade, todos sabemos, é dos sucessivos governos. Gostaríamos de saber se o Executivo tem uma política de acção em relação a este assunto. Nós, CDU, tudo faremos para tentar melhorar esta situação. Assim, manifestamos a nossa disponibilidade para cooperar com quem queira tentar resolver, desde já, este problema." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Miguel Ângelo disse que "gostaria de salientar aqui duas situações relativamente à situação que assolou a Madeira. Por ocasião do temporal que atingiu a região Oeste, tive oportunidade de vir aqui destacar a pronta reacção dos meios de protecção civil locais e o trabalho das Câmaras. Compreendo que a moção, porque abrangente, não refira isso, mas não podemos deixar de destacar o envolvimento dos autarcas e das próprias autarquias, acho que todo o esforço de mobilização, quer da tropa, quer das autarquias, dos Concelhos que não foram afectados que se deslocaram com máquinas e com pessoal para ajudar a Madeira, é de louvar. Na primeira intervenção do Senhor Primeiro Ministro, à saída de um encontro de militantes do Partido Socialista, este referiu que o Ministro da Administração Interna assim que pudesse iria para a Madeira. Informado à tarde de que a situação se encontrava mais grave e tinham ocorrido mais mortes, o Primeiro Ministro saiu apressadamente deste encontro e foi ele próprio à Madeira. A gravidade das situações sobrepôs-se a quezílias e questões políticas que, nos últimos tempos, têm afectado as relações entre o Governo da República e o Governo da Região da Madeira. É notável o esforço de toda a população, até do continente, que se prontificou a ajudar aquelas populações. Não podia deixar de dar aqui o voto de solidariedade para com quem sofreu, mas gostava também de, como tenho feito no passado, destacar todas as acções desenvolvidas por todos os meios, como a protecção civil ou a marinha." -----

-- Interveio o Senhor António Branco para dizer que "relativamente às moções que apresentámos, esta era uma base de trabalho e, naturalmente, de imediato integrei as propostas que foram feitas, no sentido de que a população referida não fosse só

a da Madeira, mas a da região da Madeira e que a solidariedade não fosse com este conceito do povo da Madeira, com os nossos compatriotas da Madeira. De qualquer maneira, também estou sensível àquilo que foi referido na intervenção do Senhor Miguel Ângelo, mas queria só referir o seguinte: o que procurámos fazer foi trazer a esta Assembleia uma base mínima de consenso com as entidades, não houve a preocupação de ter uma moção muito elaborada, mas estamos abertos a essa solução. Sobre esta matéria não temos «telhados de vidro», hoje mesmo o Partido Socialista fez sair para a Comunicação Social um comunicado que refere, e passo a ler apenas dois parágrafos, «nesta hora de grandes dificuldades, o Partido Socialista de Mafra não pode esquecer e homenagear, desde já, todos os que se vêm empenhando no esforço de socorro às vítimas, em especial todas as forças voluntárias, sociais e religiosas, bem como os corpos de bombeiros, da protecção civil, das diversas forças de segurança e demais pessoal médico. (...) Apesar das opções políticas diferentes que o PS tem relativamente à gestão da Região Autónoma da Madeira, manifestamos o nosso apoio ao Governo Regional, na pessoa do seu Presidente, fazendo votos que, no mais curto espaço de tempo, seja restabelecida a normalidade na região, realojadas as famílias que ficaram sem lar e se dê início à reconstrução de todos os bens públicos e privados destruídos pela catástrofe. É nosso entender também que o Governo Nacional deve, como está a fazer, prestar todo o apoio e solidariedade que for necessária, com vista ao rápido estabelecimento funcional desta parte do território nacional.» Nós fomos sensíveis a esta questão, não a trouxemos para o interior da moção porque o que pensávamos é que esta deveria criar um consenso alargado. Se quiserem estamos receptivos que esta informação que faz parte do comunicado do PS seja vertida para a moção. Só estou a explicar o sentido da moção que apresentei aqui. Também aproveito este momento para falar da saúde. Neste momento, mais do que ter uma solução fechada, há que ter um espírito de abertura para discutir estas questões. Eu tive a oportunidade de referir na altura que, face à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, estava satisfeito porque havia uma perspectiva de se avançar com o estabelecimento de contactos com o Ministério da Saúde, no sentido de se encontrarem soluções e aberturas de diálogo que nos permitam resolver este problema. Gostaria de saber, da parte do Senhor Presidente, que diligências foram efectuadas neste sentido? Temos a consciência de como é importante aqui o papel da Autarquia nesta matéria." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos, respondeu às questões formuladas, dizendo que "sobre a insegurança na Venda do Pinheiro, nomeadamente junto à escola, esclareça-se que o policiamento não é competência da Câmara Municipal, pese embora a criação da Polícia Municipal. Este serviço tem, sobretudo, competências em matéria de fiscalização municipal, trânsito, estacionamento e ambiente. Para uma comunicação mais rápida e eficaz à Guarda Nacional Republicana, agradecia que nos fosse dado conhecimento atempado das situações referidas e não só na Assembleia Municipal, que se realiza de três em três meses. Para mais, porque este é um problema para o qual temos estado atentos. Devo dizer que, ainda há pouco tempo, o Governo atribuiu dois carros, através do Governo Civil, para a «Escola Segura», o que, somando aos três que a Câmara já dispunha e que disponibilizou para o mesmo fim, totaliza cinco. Também devo dizer que existem muitos agentes à civil, espalhados por todo o Concelho, que zelam pela segurança. Eles existem. O facto de não vermos fardas, não quer dizer que não haja policiamento. É evidente que a lógica de que cada cidadão só se sente seguro com um polícia ao pé de si, não resulta, porque não há polícias em número suficiente para todos. Nós temos desenvolvido esforços junto da entidade competente para dotar o Concelho de mais agentes. Relativamente à política da saúde, não compete à Autarquia ter políticas de saúde, compete-nos utilizar os meios de pressão para resolver as deficiências. Dá ideia de que a Câmara tem uma responsabilidade sobre esta questão. A responsabilidade da Câmara é ouvir e transportar a quem de direito. Foi isso que eu fiz. Tive uma reunião com a Senhora Ministra da Saúde há cerca de três semanas onde relatei um conjunto de

factos, mas vim preocupado. A Senhora Ministra foi extraordinariamente simpática, muito conhecedora dos problemas da saúde de uma maneira geral, não propriamente do Concelho. Disse-lhe que em Mafra estava em curso um Agrupamento de Centros de Saúde [ACES] e que devia ter o conselho da comunidade, órgão que devia pressionar ou questionar a política de saúde, essa sim, implementada pelo presidente executivo. Esse conselho da comunidade não está criado. Questionei a Senhora Ministra como é que pode implementar o projecto-lei que dá corpo a esta nova reformulação se só tenho o director executivo e o director clínico, não tendo o conselho da comunidade. Levantei-lhe a questão do encaminhamento para o hospital e da necessidade de esclarecer sobre o que são as Unidades de Saúde Familiares [USF]. A política da saúde para o Concelho é criar estas unidades, compostas por médicos de família, enfermeiros e administrativos, que podem ter até dezoito mil utentes. Qual é a vantagem desta USF? A vantagem é que há um atendimento entre as oito da manhã e as oito da noite, em regime contínuo, o que faz com que garantidamente haja consulta para os utentes destes médicos e desanuvie o Serviço de Atendimento Permanente [SAP]. O que eu não concordo é que o mesmo esteja condicionado pela voluntariedade dos médicos. Eu disse à Senhora Ministra que tinha de existir algum critério. Neste momento, a Azueira e uma parte de Mafra têm USF, porque os outros médicos não quiseram aderir ao projecto pelas razões mais díspares. Na mesma rua, podem existir pessoas com atendimento médico das oito da manhã às oito da noite e outras que não. Não entendo esta voluntariedade e também esta descontinuidade geográfica. Criou-se uma lei, mas quem quiser vai, quem não quiser não vai. De qualquer maneira, se isto viesse a ser feito, com três USF pensadas geograficamente e com a adesão dos médicos, o Concelho de Mafra passava a ter todos os utentes com atendimento das oito da manhã às oito da noite, complementando depois com o SAP. Eu defendi igualmente que devíamos ter uma unidade básica de urgência, com meios humanos e equipamentos para fazer a tal triagem e o encaminhamento correcto. A Senhora Ministra reconheceu que existem fragilidades quanto ao SAP. Actualmente, a maior parte do atendimento que é efectuado no SAP são consultas. Há aqui duas componentes, a física e a humana. Sobre a primeira posso colaborar, quanto à segunda não, tem que haver dotação em termos de recursos humanos para funcionar. O problema da Malveira - Venda do Pinheiro já se manifesta há alguns anos. O terreno está lá e nós estamos na disposição de colaborar para que seja criada uma USF que abranja as freguesias do Milharado, Venda do Pinheiro, Malveira, Enxara do Bispo, Gradil. Ainda não tive uma segunda reunião com a ARS para me darem um programa de funcionamento. Terá que ser feito um esboço do projecto, discutido com eles e depois tentar implementar aquela situação. Com certeza que eles terão de suportar alguns custos de edificação, mas nós, na medida do possível, iremos encontrar uma solução. Eu não vim desanimado, mas preocupado o suficiente para continuar a insistir. Há um projecto, falta é, se calhar, força para a sua implementação eficaz. Trata-se da melhoria das condições de vida que também queremos para o Concelho na área da saúde. Não irei descansar enquanto não conseguir os meus objectivos, utilizando a Câmara Municipal, naquilo que pode, para ajudar a resolver este desiderato. Sobre os planos de mobilidade abordados pelo deputado do Partido Socialista, o texto apresentado carece de alguma realocação no tempo. O plano de mobilidade que refere foi já feito pela Autarquia, através de um contrato assinado com a empresa MPT Consultores, liderada pela Engenheira Paula Teles, que se iniciou em Janeiro de dois mil e oito e terminou em Novembro de dois mil e oito, tendo sido incluído numa das peças do Plano Director Municipal, que está em revisão. Não corresponde à verdade aquilo que foi aqui dito, que foi a reboque das promessas do Partido Socialista que o Plano de Mobilidade surgiu, não foi. Os documentos existem, foi assinado um contrato com esta empresa, liderada por esta especialista na matéria, para resolver o problema da mobilidade. Foi feita referência agora, como poderia ter sido feita na altura das eleições. Fica aqui feita esta correcção." -----

-- O Senhor António Branco disse que "na segunda intervenção esqueci-me de fazer referência a alguns aspectos. A primeira tem a ver com a proposta que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativamente às ligações de caminhos-de-ferro que servem o nosso Concelho. É uma realidade que todos nós sentimos e somos solidários com esta perspectiva de que é preciso melhorar as acessibilidades e o caminho-de-ferro é uma peça importante dessa estratégia do Concelho e da região Oeste. A informação que temos é que esta matéria da linha do Oeste faz parte dos acordos estabelecidos no quadro das contrapartidas quanto à deslocalização do aeroporto. À semelhança de propostas anteriores, a minha sugestão ia no sentido de termos algum tempo para aprofundamento da proposta apresentada e ter alguma informação adicional que a permita balizar melhor, evitando sermos obrigados a votar uma proposta que, nos princípios gerais, todos nós concordamos com ela, mas que perde um pouco a oportunidade com a sua apresentação neste momento. Cabe agora ao Bloco de Esquerda decidir sobre esta matéria. Sobre a questão da segurança, esta preocupa, naturalmente, toda a gente, mas o que eu não gostaria é de transformar esta matéria da segurança numa realidade que é ultrapassada pela ideologia, ou seja, há um conjunto de posições políticas em que a segurança é o cerne da sua intervenção e afirmação na sociedade. Por último, e relativamente à questão da saúde, todos nós gostaríamos de que o nosso Município estivesse num quadro de abertura em relação à política da saúde. Esta constituição das USF é um processo que tem os seus *timings*. É preciso encontrar uma solução e parece-me que a que foi avançada para a criação de uma USF que cubra a Venda do Pinheiro, Malveira e Milharado é uma boa solução. Neste momento está a dar os primeiros passos, mas sempre foi uma coisa que defendemos como uma solução possível para aquela zona. É uma zona que precisa de mais médicos e, portanto, se nós encontramos uma forma de organização que potencie o alargamento e a possibilidade de haver mais médicos, é boa, nem que tenhamos que recorrer aos formados em escolas internacionais." ----

-- O Senhor Alves Pardal referiu que "a minha intervenção vem no sentido de evitar quaisquer mal-entendidos sobre a intervenção do CDS. Esta questão tem a ver com a componente essencialmente humana e não ideológica. O colega de bancada trouxe aqui esta situação, uma vez que esta nos foi testemunhada muito recentemente. Não tenho dúvidas que esta questão é sensível a todos, o que ficou demonstrado pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara e do deputado do Partido Socialista. A Câmara Municipal poderá fazer eco junto das entidades competentes, como a GNR, entre outras, de forma a reforçar o patrulhamento." ----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que "a Refer está a estudar uma nova solução para a linha do Oeste que não passa pelo traçado actual, mas por um traçado desde a Bobadela. Por causa do transporte de mercadorias, considera-se que a melhor localização seria passar via Bobadela, atravessando a Malveira, mas não sei se, futuramente, será realmente assim." -----

-- O Senhor Aníbal Ferra referiu que "na moção que entregámos é referida a alteração ao traçado, mas considero muito pertinente que as outras bancadas achem que tenhamos que esperar parados e adormecidos à espera de mais decisões. Sobre a saúde, na última intervenção que fiz aqui falei sobre o nosso Centro de Saúde e de como tão mal nos serve. Eu ouvi a discussão dos dois maiores partidos desta Assembleia - o PS e o PSD - e parece que estes dois partidos nunca estiveram no poder. Todos nós temos bem presente o que tem sido a sua actuação, como detentores do estado a que chegou a nossa saúde." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "o Bloco de Esquerda não acolheu as sugestões para que a moção fosse apresentada posteriormente e dotada de mais informação." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação da moção do Bloco de Esquerda. A moção foi rejeitada, tendo sido apresentada uma declaração de voto pelo PSD." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo fez uma declaração de voto, dizendo que "somos a favor da modernização da linha do Oeste, mas apenas votamos contra pelo *timing* e pela

falta de elementos, não pela essência que é a modernização da linha e eventuais traçados novos." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que "com autorização do autor da moção sobre a Madeira, a mesa propõe uma nova redacção da mesma." Passou a ler a moção, que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO DOIS.

-- Não se verificaram intervenções e passou-se à votação da moção. A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a moção apresentada pelos Grupos Municipais do PPD/PSD, Partido Socialista, CDU, CDS/PP e Bloco de Esquerda. Deu-se início ao período da **Ordem do Dia**, com a introdução do primeiro ponto, denominado **"Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou não ter nada a acrescentar sobre esta matéria. -----

-- Interveio a Senhora Dona Beatriz Gonçalves para dizer que "em relação à falta de segurança na Escola Básica do segundo e terceiro Ciclos da Venda do Pinheiro, refiro que irão ser feitas obras de requalificação do referido estabelecimento de ensino. Sabemos que uma das propostas do director da escola era a realocização do portão de entrada da escola, de modo a evitar algumas abordagens aos alunos durante o percurso escola – autocarro. Isso poderá ser considerado e, se calhar, poderão ser evitadas algumas situações. A questão concreta que me traz aqui prende-se com as actividades extracurriculares. Eu pertença a uma associação de pais e faço parte do Conselho Pedagógico da Escola Básica do segundo e terceiro Ciclos da Venda do Pinheiro e temos bastantes preocupações relativamente ao decorrer das actividades durante o ano passado e este ano. Tem havido falta de professores, professores que fazem greve alegando atrasos no pagamento por parte do Colégio Miramar. Constatou-nos também que o Colégio Miramar não está interessado em voltar a concorrer como parceiro durante o próximo ano lectivo e também consta que a Câmara Municipal não está interessada em promover as actividades extracurriculares durante o próximo ano lectivo. A questão que eu coloco é qual é a posição da Câmara? Nós, associações de pais, estamos preocupados com o decorrer das mesmas e com o que será o seu futuro." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o período de antes da Ordem do Dia já se encontrava concluído. -----

-- No uso da palavra, o Senhor António Branco disse que "é difícil separar as matérias porque o relatório do Departamento Sociocultural cobre também a questão das actividades extracurriculares. Foi neste contexto que a anterior intervenção aconteceu. Tive ainda oportunidade de ler o relatório do Departamento de Obras e é referido lá o Lar de Idosos do Alto da Mina. Na primeira reunião da Assembleia Municipal fiz referência como um dos poucos projectos na área social. Este projecto volta a estar dentro do plano de actividades do Departamento de Obras, dizendo que foi objecto de revisão. Gostaria de um esclarecimento, se possível. Ainda outra questão prende-se com as ETAR's do Milharado e Póvoa da Galega, é referido que vai haver uma ampliação da ETAR da Póvoa da Galega, mas, ao mesmo tempo, é referido que será desactivada a ETAR do Milharado que é uma ETAR com alguma tradição, na medida em que ela está certificada pela Simtejo. Sob o ponto de vista técnico, gostaria de saber que razões levaram a esta opção?"-

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que "ainda antes de estarem institucionalizadas as actividades de enriquecimento curricular [AEC], já a Câmara Municipal realizava actividades de prolongamento de horário para apoiar as famílias. No entanto, independentemente de quem assegurar este serviço, verificam-se questões de fundo, como a dificuldade de recrutamento de professores porque os horários não são completos e o Concelho de Mafra é muito disperso, logo o que ganham não é suficiente para pagar as deslocações. Entretanto, houve outra situação que facilitou esta dificuldade, que foi o abandono de muitos professores do ensino oficial, por reforma antecipada e outros motivos, levando a que os concursos do Ministério da Educação, nomeadamente deste ano e do ano passado, se prolongassem para além daquilo que era normal. Ora, entre as AEC e um trabalho

continuado num estabelecimento de ensino, os professores optam pela segunda opção. Todas as semanas, dos professores que temos distribuídos por todo o Concelho, há vários que saem. Na última reunião do Conselho Municipal de Educação, disse que a Câmara Municipal vai ponderar a continuação deste processo". Sobre a questão da alteração da localização do portão da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Venda do Pinheiro, o Senhor Presidente explicou que "o protocolo estabelecido com o Ministério da Educação destina-se à realização de obras de recuperação que foram identificadas na altura e não com esta questão. Quanto a mim, é um erro mudar o portão para a parte de cima, porque a escola tem cerca de seiscentos alunos que, se assim for, passarão a entrar e a sair muito perto da estrada nacional. Além do que as questões da insegurança resolvem-se de outra maneira, não com a alteração do local de entrada e saída dos alunos. Eu não concordo com a mudança da localização do portão, mas é uma questão que deve ser analisada entre a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e a escola. Também não concordei, em tempo, que se derrubasse o muro para tornar a escola «transparente». Hoje dão-me razão, porque aquele muro é uma peça de segurança que inviabiliza o contacto físico e sonoro entre a escola e a estrada nacional." -----

-- Prosseguiu-se com o segundo ponto denominado "**Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Mafra**". -----

-- O Senhor António Branco disse que "eu comparei este regulamento com o anterior. No artigo vigésimo sétimo, nos pontos um e dois, é referido que as tabelas são actualizadas em Janeiro de cada ano, com indicação do índice de preços do consumidor, era uma situação semelhante à verificada no regulamento anterior onde se falava em taxa de inflação. Não haverá actualização anual quando o índice de preços do consumidor for igual ou inferior a zero, ou seja, no ano em que a inflação é negativa ou nula, isto não se reflecte nas taxas, as taxas ficam as mesmas de um ano para o outro. No ponto quatro é introduzida a primeira alteração a esta regra logo no segundo ano. Independentemente do valor da actualização referido nos números um e dois, em Janeiro de dois mil e onze será efectuada uma actualização de dois vírgula seis por cento do valor das taxas. Pode acontecer que o índice de preços do consumidor seja superior a dois vírgula seis e até é favorável. Eu peguei na taxa actual de dois mil e nove e fui compará-la com dois mil e dez, comparando diversos itens, como a taxa municipal de urbanização, e cheguei à conclusão que este ano haverá uma actualização entre dois vírgula três e três vírgula dois, ou seja, no ano zero há uma actualização das taxas de dois vírgula três e em dois mil e onze haverá uma actualização, pelo menos, de dois vírgula seis. Haverá um enquadramento financeiro de toda esta situação, eu não quero discutir muito isto, mas, de facto, há uma taxa de actualização que não cumprem as regras gerais previstas nos pontos um e dois porque logo no ano zero e no ano um há taxas completamente diferentes das que são referidas como regra geral." -----

-- O Senhor Alves Pardal interveio dizendo que "neste projecto de regulamento é feita alusão a um estudo económico e financeiro que não foi anexado à documentação que é submetida à apreciação da Assembleia. De qualquer forma, como notas gerais, devo referir que esta tabela constitui uma grande alteração em relação à anterior. A estrutura da tabela é substancialmente distinta da anterior e, portanto, para quem tente fazer um trabalho de comparação entre a anterior e a actual passa por grandes dificuldades, porque a filosofia subjacente foi diferente. Verificam-se aumentos de taxas em diversos itens, nomeadamente nas feiras e mercados, e registamos também esse aumento automático de dois vírgula seis por cento, previsto para dois mil e onze. Gostaria de colocar uma questão relativamente ao pagamento pelo estacionamento em Mafra. Pela descrição da tabela, nos horários de segunda a sexta-feira das oito às vinte e aos sábados das oito às catorze horas por cada fracção de dez minutos está previsto o pagamento de zero vírgula dez centimos. Para quando é que se pensa começar a cobrar o estacionamento em Mafra? Suscita-nos alguma curiosidade porque o pagamento do

estacionamento em Mafra tem de estar previsto no Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, é este regulamento que prevê que o estacionamento seja cobrado. Ora, no artigo quarenta e três do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra é dito que as taxas devidas pela utilização de estacionamento de duração limitada são as previstas no artigo trinta da tabela, mas é este artigo que agora se pretende revogar. Vamos criar aqui uma situação de aparente vazio. Está-se a fazer referência a taxas que devem ser cobradas, previstas no artigo trinta da tabela, quando a tabela é trazida aqui hoje à Assembleia para ser revogada e ser aprovada uma nova. Deveria ter sido feita uma alteração ao Regulamento de Trânsito do Município de Mafra para harmonizar o artigo quarenta e três face ao novo regime que se pretende. Tendo em conta que se irá pagar zero vírgula dez centimos por cada fracção de dez minutos, para quando é que está previsto, efectivamente, o começo da cobrança do estacionamento pelos veículos de Mafra?"

-- No uso da palavra, o Senhor Hugo Moreira Luís disse que "quanto a nós, temos que dizer que o regulamento não é comparável, atendendo até ao estudo que foi feito e que permite verificar com equidade o que se quer quantificar. Face ao regulamento anterior, temos valores diferentes, uma vez que a base de trabalho também difere. De salientar ainda que está prevista, neste regulamento, a inclusão da possibilidade de isenção de taxas devidas pelas operações urbanísticas propostas por pessoas colectivas de direito público, ou de utilidade pública administrativa, associações culturais, desportivas, recreativas, ou com fins sociais ou religiosos, desde que as mesmas se destinem à realização dos correspondentes fins estatutários." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que "há pouco esqueci-me de referir o assunto da ETAR. É entendimento da Simtejo que sai mais barato o transporte gravítico com o aumento e o reforço da capacidade de tratamento da Póvoa da Galega, do que manter duas estações de tratamento. O trabalho que se está a fazer na Póvoa da Galega é para beneficiar o produto final do tratamento. De qualquer forma, a estação do Milharado irá ser transformada em estação elevatória para transportar, através de uma elevação e depois gravítico, até à Póvoa da Galega. Relativamente ao projecto do Alto da Mina, uma das ajudas que damos às associações é a elaboração do projecto, não tem nada a ver com obra. No que diz respeito aos parquímetros, ainda não sabemos quando entrarão em funcionamento, mas, certamente, darão conta dos mesmos. Sobre a tabela de taxas, esta não tem nada a ver com a anterior, surgindo no cumprimento de uma Lei que obriga que todas as cobranças que a Câmara faz, em termos de taxas, sejam perfeitamente justificadas, isto é, quanto tempo demora um funcionário para receber um projecto, quanto tempo demora um arquitecto para analisar um projecto, quantos officios são enviados, há um custo associado à emissão de uma licença que agora foi, não de uma forma matemática, mas de uma forma mais aproximada, contabilizado para produzir a tabela de taxas. Face aos valores anteriores, dava um aumento, para já, de cinco por cento, em média, de todas as taxas e entendemos que devíamos aumentar em dois anos e não num ano só as taxas e, por isso, este ano surge dois vírgula seis por cento e para o ano já temos fixado esse montante, independentemente da actualização que houver, ou não. Todos os aumentos terão que vir depois à Assembleia Municipal. Estes cinco por cento podiam ser acometidos a esta taxa, entendemos que era um esforço grande que fazíamos e então aumentámos dois vírgula seis por cento este ano e para o ano, dividindo-o, assim, em dois anos." -----

-- Iniciou-se a votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor (vinte e cinco do PPD/PSD, nove do PS e dois votos Independentes), um voto contra do Bloco de Esquerda e quatro abstenções (duas da CDU e dois votos da CDS/PP), nos termos conjugados do dispostos nas alíneas a) e e), do número dois do artigo número cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar o Regulamento e Tabela

de Taxas do Município de Mafra com as alterações nele incorporadas. Prosseguiu-se com o terceiro ponto intitulado "**Auditoria Externa das Contas do Município**". -

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que é necessário o Município ter um Revisor Oficial de Contas. -----

-- O Senhor Aníbal Ferra interveio dizendo que "sobre este tema, eu estive a ler o documento que a Câmara nos enviou e fiquei com a mesma sensação que tive quando foi da aprovação do orçamento. Como é que se pode vir para uma Assembleia discutir sobre um assunto sobre o qual não temos nada em que nos possamos debruçar. Ficam dúvidas sobre a forma como estes auditores foram escolhidos, quem são, quem é o júri, quais os critérios? São temas que nos deviam ser fornecidos com tempo para serem estudados porque a sensação com que o Bloco de Esquerda ficou quando recebeu este documento é que esta Assembleia para mais não serve do que para oficializar um acto que já está decidido." -----

-- Usando da palavra, o Senhor António Branco disse que "sobre este aspecto que é referido, penso que faz algum sentido. Eu não quero substituir-me ao júri, mas era importante para a Assembleia saber que houve um concurso, de acordo com o código da contratação pública e com o montante que é referido, e duas entidades tiveram que ser convidadas. Valia a pena saber quem foram as duas entidades. Quando fui Vereador, muitas vezes tive acesso ao relatório dos júris com a pontuação, com os critérios e a valoração, que também são coisas interessantes, pelo menos nós, deputados, sentimo-nos mais confortados quando estamos a fazer essa votação, não é a colocar dúvidas sobre uma decisão que é tomada por quem de direito, e é o júri que tem que assumir essa responsabilidade. Aproveito ainda para referir que o modo como funcionou a disponibilização aos deputados municipais dos elementos não funcionou muito bem desta vez. A maior parte de nós temos e-mail, seria uma boa opção, porque sei que não é fácil arranjar motoristas para todos nós. Se pudéssemos utilizar os procedimentos electrónicos para ter acesso à informação, talvez facilitasse a vida a todos nós." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a documentação é muito pesada, pelo que a maioria das caixas de correio electrónico não suportam este peso. -----

-- O Senhor António Branco continuou a sua intervenção dizendo que "esta auditoria externa é uma coisa importante para a Câmara. A auditoria está prevista na Lei, o artigo quarenta e oito exige isto e, portanto, é bom que ela se faça porque é também uma forma do Município ter noção de um conjunto de coisas e é importante que os membros da Assembleia Municipal também tenham acesso aos relatórios destas auditorias. Haverá depois relatórios que não sei se são semestrais ou anuais e era importante que pudéssemos ter acesso se não ao relatório, pelo menos a uma informação sobre os resultados da auditoria. Ainda recentemente tiver de ser confrontado com questões do Tribunal de Contas sobre uma matéria que não temos hipótese de esclarecer o que quer que seja. É uma coisa importante para que tenhamos noção da situação económico-financeira da Câmara e também das empresas municipais e participadas pela Autarquia. Nós votaremos favoravelmente quanto à realização das auditorias externas, notando que este revisor que foi escolhido não é o mesmo que assume a certificação das contas do Município, o que também é uma medida de transparência." -----

-- O Senhor Presidente pediu desculpa aos deputados pelo lapso da não entrega dos documentos. Acrescentou ainda que "amanhã farei chegar esses mesmos documentos que conduziram a esta proposta que agora é aqui apresentada. De facto, houve aqui uma falha." -----

-- O Senhor Ivo Caracol referiu que "este não é mais do que um ponto previsto na Lei. Face aos documentos não apresentados, acreditamos que o júri que esteve presente no concurso público seja sério e que tomou a melhor opção referente à documentação apresentada. Iremos votar favoravelmente este ponto." -----

-- Passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, oito do PS, um voto da CDU, dois do CDS/PP e dois votos Independentes) e uma

abstenção do Bloco de Esquerda, nos termos conjugados do disposto no número dois do artigo número quarenta e oito da Lei número dois/dois mil e sete, de quinze de Janeiro, e alínea r) do número um do artigo número cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, nomear a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Patrício, Moreira, Valente e Associados, SROC para auditor externo das contas do Município de Mafra, pelo valor de dezanove mil e cem euros, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor. -----

-- Foi introduzido o quarto ponto sobre "**Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "este plano decorre da recomendação número um de dois mil e nove, do Conselho de Prevenção da Corrupção. Seguimos, como linha orientadora para a sua elaboração, a matriz da Associação Nacional de Municípios Portugueses, complementando-a com a metodologia adoptada pela Câmara Municipal do Porto, que nos pareceu bastante útil em termos da sua adequação à estrutura de funcionamento dos serviços municipais." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz informou que "a bancada do Partido Social-Democrata vê com satisfação que o Executivo tenha acolhido esta recomendação porque pensamos que o combate à corrupção é uma primazia para um maior aprofundamento da ética democrática em Portugal." -----

-- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas, nos termos do número um ponto dois da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de um de Julho de dois mil e nove. -----

-- Prosseguiu-se com o ponto número cinco denominado "**Alterações da Sinalização Vertical e Horizontal em vários arruamentos do Concelho de Mafra realizadas no ano de 2009**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que "como vem sendo habitual, depois do regulamento de sinalização, que foi aprovado no mandato anterior, todos os anos vêm aqui as alterações que entretanto a Câmara Municipal decide introduzir. No fim do ano, verificada a sua conformidade e eficácia, é trazida aqui para aprovação." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "no fundo, isto é a consolidação de todas as transformações, em termos de sinalética, que foram introduzidas durante o ano. Colocámos trezentos sinais novos e retirámos cerca de cento e trinta. O número dois do artigo quarenta e sete do Regulamento Municipal de Trânsito permite que a Câmara, ao longo de um ano, altere e faça a avaliação da eficácia dos sinais e, no final de cada ano, venha propor à Assembleia a sua aceitação." -----

-- O Senhor Alves Pardal disse que "estamos numa matéria em que a competência é exclusiva da Assembleia Municipal. Prevê-se uma norma pertinente no regulamento, que já foi aqui focada pelo Senhor Presidente, em que refere no artigo quarenta e sete que, provisoriamente, a Câmara Municipal poderá alterar os sinais, desde que seja apresentada proposta à Assembleia Municipal até trezentos e sessenta e cinco dias após essa colocação de sinais provisórios. Detectamos aqui algumas situações que não sei se terão sido por lapso, ou por má interpretação nossa, porque nos foram entregues diversas alterações numeradas e nós verificamos que na alteração número um, relativa a um sinal na Praceta da Boavista, na Ericeira, segundo informação da Câmara o sinal terá sido colocado lá em Novembro de dois mil e oito, já tendo passado mais de um ano. Quanto à alteração número dois, relativa a um sinal na Travessa dos Nicolaus, na Encarnação, o sinal terá sido colocado em Novembro de dois mil e oito, igualmente há mais de um ano. Quanto às alterações verificadas no número catorze, relativas a diversos sinais no Aldeamento do Vale de São Gião, a informação que consta é que terão sido colocados em Janeiro de dois mil e oito, perfazendo mais de dois anos. Não sabemos se terá sido um erro na referência aos sinais ou algum lapso temporal

que tenha sido prolongado. Outra questão prende-se com uns sinais de proibição de trânsito que estão aqui previstos para a Venda do Pinheiro. Todos sabemos que, hoje em dia, toda a gente tem carro e há excessos, tendo esses excessos que ser regulados e terá sido, certamente, isso que fez com que se tenha definido um período máximo de duas horas de estacionamento, na Venda do Pinheiro. Esse limite máximo de duas horas vai acarretar alterações substanciais a todas as pessoas que costumam pôr o carro naquela zona e, segundo parece, não está lá feita nenhuma referência ao período entre as vinte e duas horas e as oito horas do dia seguinte, ou seja, constando, pura e simplesmente, este comando normativo que é proibir o estacionamento por período que exceda duas horas, a questão é se faz sentido estar lá esse comando durante a noite? Julgamos que não faz sentido um comando que proíbe o estacionamento para além de duas horas durante o período nocturno." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu dizendo que "julgo que a competência desta Assembleia não caduca, nós temos competência sempre para aprovar, mesmo que o período experimental possa exceder os trezentos e sessenta e cinco dias." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "é incumprimento daquilo que está estabelecido no regulamento, mas não conseguimos fazer de forma mais célere. O levantamento exaustivo da totalidade dos sinais no Concelho de Mafra foi um trabalho fantástico. A nossa tentativa é melhorar sempre procedimentos." Acrescentou ainda que "a Assembleia Municipal aprova aquilo que a Câmara estudou tecnicamente, avalisou e justapôs, é uma obrigação legal." -----

-- O Senhor Júlio Lopes disse que "eu venho fazer um agradecimento à Câmara Municipal, em nome da Assembleia de Freguesia da Ericeira. Durante muitos anos na Calçada do Rego existiam dois sentidos de trânsito e, por sugestão da Assembleia de Freguesia e da Junta da Freguesia da Ericeira, a Autarquia entendeu acolher o nosso pedido para criação de só um sentido. Como tal, a Calçada do Rego passou só a dispor de um sentido, neste caso o descendente. A outra situação que me traz aqui é a seguinte: na calçada de acesso à lota, houve um sinal que indicava trânsito proibido, excepto nos meses de Junho, Julho e Agosto. Actualmente, o que lá está indica só trânsito proibido. É para ficar esta proibição durante todo o ano ou falta a placa a indicar a excepção?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a situação irá ser esclarecida. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que "o Grupo parlamentar do PSD acolhe as alterações e vota favoravelmente." -----

-- Não havendo mais inscrições, prosseguiu-se com a votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor (vinte e quatro do PPD/PSD, nove do PS, dois votos da CDU, um do Bloco de Esquerda e dois votos Independentes), e duas abstenções do CDS/PP, nos termos conjugados do artigo número cinquenta e três, número dois, alínea a) da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, e do artigo número quarenta e sete do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, aprovar as alterações da Sinalização Vertical e Horizontal em vários arruamentos do Concelho de Mafra realizadas no ano de dois mil e nove, motivadas por obras de remodelação ou pela melhoria das condições de segurança dos cruzamentos, entroncamentos e vias, de acordo com as plantas apresentadas. -----

-- Foi introduzido o sexto ponto denominado "**Protocolo de Delegação de Competências nas Freguesias do Concelho de Mafra**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Gil Ricardo. -----

-- O Senhor Vice-Presidente interveio dizendo que "estamos a falar de competências que têm vindo a ser atribuídas às Juntas de Freguesia. Quais são as alterações? Comparando os valores do último mandato, nomeadamente na alteração do preço que estava determinado para conservação dos espaços verdes e

jardins, onde estavam contemplados cinquenta cêntimos/ metro quadrado por mês e se propõe agora vinte cêntimos; na questão da limpeza de bermas e valetas, havia também um valor de quinhentos e cinquenta euros/ quilómetro e passa a ser proposto o valor de quatrocentos euros. Dir-me-ão que estaremos aqui numa dificuldade de perceber até que ponto o trabalho foi bem feito ou se estava a ser demasiado caro? Entendemos que muito do que se tem conservado, em termos das próprias estradas, vias municipais e espaços verdes, é graças às competências delegadas nas Juntas, mas estivemos a verificar o que estava a resultar e, naturalmente, os resultados dessa verificação foram bastante positivos. Entendemos que com estes pressupostos estas competências devem ser cometidas às Juntas. Temos a contrariedade de ter um orçamento mais difícil, pelo que foi entendimento que este grau de dificuldade fosse partilhado, concedendo, ainda assim, uma prerrogativa de ter um valor associado a uma percentagem que rondará de dez a quinze por cento na redução daquilo que era a comparticipação anterior, não porque estava a ser sobrevalorizado o trabalho, mas porque este esforço financeiro tem de ser partilhado. Oportunamente, iremos trazer também a esta Assembleia a revisão do novo plano e orçamento, onde vão verificar que algumas das obras que estavam inicialmente previstas não poderiam ser acolhidas no âmbito daquilo que está a acontecer a nível financeiro e também continuamos sem saber qual será a transferência do orçamento geral do Estado. Determinámos uma aferição mais rigorosa dos quilómetros, para que deste reajustamento encontrássemos uma solução de compromisso. O que propomos é que haja um pacto de solidariedade entre a Câmara e as Juntas. Depois dos contactos feitos com as Juntas, aferimos que os valores apresentados são compatíveis com a realização destas tarefas." -----

-- Ainda sobre a questão levantada pelo Senhor António Branco, sobre o envio da documentação via correio electrónico, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "legalmente, é necessário um recibo de protocolo ou aviso de recepção da documentação. Iremos analisar essa situação com os juristas." -----

-- Interveio o Senhor José João Costa para dizer que "eu ouvi com atenção a explicação dada pelo Senhor Vereador, mas levanto uma questão. Nós sabemos que as freguesias mais urbanas têm funcionários, só esperamos que o dinheiro chegue para lhes pagar e que não se verifiquem mais despedimentos devido a essa situação que vai ser criada às Juntas. Em relação a este protocolo, na alínea f) do número um é referido que as Juntas devem assegurar o cumprimento das disposições legais, no âmbito de obras realizadas por particulares, quanto à ocupação da via pública, à colocação de tapumes e vedações, ao levantamento do estaleiro, à limpeza da área e à remoção dos materiais, entulhos e demais detritos que se hajam acumulado, no decurso da execução das obras. Nós concordamos que às Juntas devem ser delegadas quanto mais competências melhor. A minha questão é a seguinte: relativamente a estas competências específicas que eu aqui referi, a maior parte das Juntas não tem, de certeza, pessoal para assegurar estes serviços. Quem é que os vai executar? Têm o apoio da Câmara? Quem vai assegurar esta fiscalização, especialmente nas zonas urbanas? Qual é o apoio que a Câmara lhes dá para cumprir esta delegação de competências?" -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "o protocolo que estamos hoje a autorizar, nos últimos tempos, tem sido muito propalado. Pessoalmente, eu entendo que as competências deviam ser competências próprias das Juntas e não por delegação, portanto vindo o dinheiro do orçamento geral do Estado. A Câmara pode ou não delegar. Se assim não fizesse, haveria despedimentos. Os funcionários da Junta da Freguesia da Ericeira pediam à Câmara que disponibilizasse o dinheiro porque o seu ordenado estava em causa. É uma situação que toca a todos. É compreensível que uma pessoa que tem o rendimento da sua família dependente daquele vencimento, estando este em causa, fique numa situação de desespero. Não conseguiram na Junta, foram à Câmara. Porque é que não foi pago antes? É bom recordar que para a Câmara aqui vir hoje apresentar este protocolo, primeiro tem que ter aprovado o orçamento municipal, o que só aconteceu no final de Dezembro, e só depois pode

pensar em delegações. Portanto, não é uma decisão política, mas um imperativo legal. De quatro em quatro anos assistimos a esta situação. É evidente que no orçamento das Juntas de Freguesia do próximo ano já poderá ser incluída esta verba, criando a rubrica da transferência para a Câmara, no âmbito do protocolo, destes montantes. Acho que foi alguma inexperiência colocar em orçamentos de Juntas de Freguesia deste ano, que foram aprovados em Dezembro, uma verba correspondente a um protocolo que ainda não tinha sido assinado e discutido. O orçamento é um documento previsional, pode ser mudado. Em relação ao orçamento geral do Estado, ainda não sabemos quanto a própria Câmara e a Junta irão receber. Como autarcas, devemos dizer que é uma questão legal e não política. A redução das Juntas é de dez a quinze por cento, mas também deixam de ter responsabilidade para manter as escolas. No entanto, é curioso verificar que, do levantamento mais rigoroso feito aos quilómetros, há uma redução de quilómetros de quinze por cento no total da rede viária. O documento surge na altura certa, há uma tabela indexante para todos e não será isto que irá pôr em causa os postos de trabalho." -----

-- O Senhor António Branco disse que "esta matéria de transferências de competências passa-se noutros planos, onde há outras questões em termos da administração central. O Senhor Miguel Ângelo disse que temos que ser contidos ou precavidos, admito que se tenha referido à Junta da Freguesia da Ericeira. Neste caso, trata-se de uma nova Junta e existem diversos processos que têm que ser oleados. Acho que toda a gente agiu com bom senso. As eleições são em Outubro e nos meses de Novembro e Dezembro, por vezes, é difícil iniciar um processo para quem vem de fora, que podem facilitar ter, num curto prazo, o orçamento aprovado para o próximo ano." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz informou que "sobre este ponto, a bancada do Partido Social Democrata considera que as Juntas têm a maior capacidade de intervenção directa, mais eficaz e eficiente, junto da população. A diminuição dos dez a quinze por cento é responsável, englobando Juntas e Câmara, evitando o recurso ao endividamento. Iremos votar favoravelmente." -----

-- O Senhor José João Costa acrescentou que tinha colocado uma questão que ainda não obteve resposta. -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que "há uma partilha solidária da redução dos custos associados às despesas correntes. Ouvi falar de uma possível questão de despedimentos, mas esta delegação prevê que haja uma comparticipação no valor de oito mil e quatrocentos euros adicionais, por ano, para admissão de pessoal. Também a manutenção das escolas deixa de ser competência das Juntas, mas da Câmara. Sobre a fiscalização, é no sentido das Juntas informarem a Câmara Municipal, de forma a tornar os processos mais céleres." -----

-- Não se verificando mais intervenções, prosseguiu-se com a votação. A Assembleia Municipal, após análise da proposta remetida pela Câmara Municipal, na qual está incluída a minuta de Protocolo de Delegação de Competências, deliberou, por unanimidade, com quarenta e um votos a favor (vinte e cinco do PPD/PSD, nove do PS, dois votos da CDU, um do Bloco de Esquerda, dois votos do CDS/PP e dois Independentes), nos termos e para os efeitos do disposto no artigo número cinquenta e três, número dois, alínea s), e no artigo número sessenta e seis, ambos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, autorizar a delegação de competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de Protocolo, em conformidade com a minuta apresentada. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a elaboração da acta em minuta, não se verificando objecções. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público.** -----

-- A Senhora Dona Ana Gil, moradora da Rua das Ribas, Casal da Cotovia, São Lourenço, interveio para dizer que "eu venho aqui como munícipe, relativamente ao

estacionamento pago no centro da vila de Mafra. Uma vez que será cobrado aos munícipes o estacionamento no centro de Mafra, é natural que a Câmara tenha tomado medidas na promoção de alternativas, tanto a nível da mobilidade, como do próprio estacionamento. Que alternativas é que a Câmara Municipal vai tomar? Foi também referido o valor de dez cêntimos por cada dez minutos, tanto durante a semana, entre as oito da manhã e as vinte horas, como ao sábado, entre as oito e as catorze horas. Parece-me que, para além de ser um valor elevado, não é asfixiar também o comércio local? Haverá possibilidade de ser gratuito ao sábado de manhã?" -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e dez da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam cinquenta e dois minutos das vinte e três horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: Senhor Nuno Sardinha, substituído nesta sessão pelo Senhor José Lourenço Alves do Nascimento; Senhor Mário Acúrcio Vicente, substituído pela Senhora Dona Ana Isabel Silva; Senhor Manuel Pimenta, substituído pela Senhora Dona Maria Beatriz Gonçalves; Senhora Dona Isilda Pegado, substituída pela Senhora Dona Daniela Costa; e Senhor Filipe Infante. Verificou-se, igualmente, a ausência do seguinte elemento: Senhor Paulo Ricardo. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Luís Alves



Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

MOCÃO

Pela modernização da Linha do Oeste

Construída no final do séc. XIX para servir as populações e as cidades ao longo do litoral, a linha ferroviária do Oeste encontra-se obsoleta e corre o risco de desaparecer.

Considerando que

- Apesar das diversas promessas por parte da administração central, a Linha do Oeste nunca foi modernizada.
- Ao longo dos últimas décadas a CP tem vindo a cortar ligações na linha do Oeste, reduzindo a oferta do transporte ferroviário, contribuindo para tornar esta linha cada vez mais obsoleta para passageiros e residual nas mercadorias.
- Numa época em que as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), serve para justificar a urgência de opções de mobilidade em favor de modos de transporte menos poluentes (como a ferrovia), é inaceitável que se assista, silenciosamente, ao estrangulamento de uma linha ferroviária, que poderia e deveria ser uma alternativa às várias opções rodoviárias.

Considerando ainda que

- O Concelho de Mafra é servido pela linha ferroviária do Oeste, contando com estações em Mafra e Malveira, e apeadeiros em Alcainça-Moinhos e Jeromelo;
- A Linha do Oeste tem um importante papel no transporte interurbano e regional de passageiros e mercadorias, que deve ser incentivado e potenciado;
- Ao longo dos anos, várias têm sido as promessas da administração central com a requalificação da Linha do Oeste;

*Rejeitado em
maioria em v
votação entre de
24 do PSD, 2 Inl, 7 do PS
2 abstenções do BPS e 1 PS
e voto a favor do CDU 2
e 1 do BE
24/20/2010*

ANEXO UT7

5

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 24 de Fevereiro de 2010, deliber, por proposta do Bloco de Esquerda, reclamar do Governo a realização de um conjunto de investimentos estratégicos para a Linha do Oeste, no sentido de garantir:

1- A requalificação da infra-estrutura no sentido da sua duplicação, electrificação e correcção de traçado, visando, a melhoria da circulação de comboios de passageiros e de mercadorias;

2- Um serviço de transporte, com adequados níveis de frequência, conforto e qualidade, que sirva os concelhos que a linha atravessa e seja uma verdadeira alternativa ao transporte individual.

Se aprovada, esta moção deverá ser enviada à CP, à REFER, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações, à Autoridade Metropolitana de Transportes, à Junta e à Assembleia Metropolitana de Lisboa, ao Sr. Primeiro Ministro e aos partidos com representação na Assembleia da República

Mafra, 24 de Fevereiro de 2010

O Eleito do Bloco de Esquerda

Anibal Ferra

Aprovado por
unanimidade
24/2/2010

MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária, aprova por unanimidade, um voto de pesar pelos acontecimentos do passado fim-de-semana, em decorrência da trágica intempérie que assolou a Região Autónoma da Madeira.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Mafra expressa as suas sentidas condolências às famílias enlutadas e manifesta a sua incondicional solidariedade com a população madeirense, no esforço de reconstrução que, de forma corajosa, começou a empreender desde o primeiro momento.

24 de Fevereiro de 2010.

Pelos Grupos Municipais do PPD/PSD, PS, CDU, CDS/PP e BE